



**Proposta de**  
**Alteração ao Regulamento**  
**Programa de Apoio económico a famílias em situação de maior vulnerabilidade**  
**Município de Almeirim**

**Nota Justificativa**

Os Municípios têm como atribuições, entre outras, a ação social, nos termos da alínea h) do nº2 do artigo 23º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12.09 com posteriores alterações, no sentido de promover políticas de inclusão social e de igualdade de oportunidades, com vista a minimizar o problema da pobreza e exclusão social.

Face à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação no dia 11 de março de 2020, da doença COVID-19 como uma pandemia, o Governo tem vindo a aprovar um conjunto de medidas extraordinárias e de carácter urgente, em diversas matérias, entre as quais na área social.

Importa aplicar medidas de apoio às famílias em situação vulnerável, as quais embora de carácter extraordinário, temporário e transitório, em razão da situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID 19, não poderão apenas situar-se nos períodos do estado de emergência ou de calamidade então decretados, mas sim ao longo dos próximos meses, face aos constrangimentos económico-sociais que este período irá provocar nessas mesmas famílias.

Assim, verificou-se a necessidade de alteração do “Regulamento de Apoio a Famílias mais Vulneráveis do Concelho de Almeirim”, de modo a introduzir medidas de adequar às necessidades e atribuição dos apoios, para o período até final de 2021, por forma a minimizar os danos causados nas famílias, face à redução de rendimentos, suspensão do trabalho, desemprego, em razão da situação epidemiológica do novo coronavírus SARS-COV2 e da doença COVID-19.

As presentes alterações representam uma forma de aumentar o montante máximo de apoio financeiro em cada ano civil, bem como a frequência dos mesmos, tendo por referência os anos de 2020 e 2021, ou seja, aqueles que se consideram, por ora, os mais afetados pelos efeitos da pandemia

No termos do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo foi publicitado o início do procedimento para que os interessados apresentassem contributos à sua alteração, não tendo sido rececionadas quaisquer propostas ou apresentados quaisquer interessados.



Assim, no uso da competência prevista nos artigos 112º e 241º da constituição da República Portuguesa e pela conjugação da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Município, nos termos e para os efeitos do artigo 101º do Código de Procedimento Administrativo, submeterá a Debate Público o projeto de Alteração ao “Regulamento de Apoio a famílias mais Vulneráveis do Concelho de Almeirim”, pelo período de 30 dias, findo o qual, o mesmo será apreciado em reunião de Câmara e submetido à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.

### **Artigo 1.º**

É alterado o nº5 do Artigo 6º “Tipologia dos Apoios”, o qual passa a ter a seguinte redação:

#### **Artigo 6º “Tipologia dos Apoios**

1 – (...)

2 – (...)

3 – (...)

4 – (...)

5 – Para os anos de 2020 e 2021, o montante máximo do apoio, por cada ano civil, não deverá ultrapassar os 1.000,00€ (mil euros) por agregado familiar.

### **Artigo 2.º**

É alterado o nº1 do Artigo 12.º “Limite e suspensão dos Apoios”, o qual passa a ter a seguinte redação:

1 — Para os anos de 2020 e 2021, o mesmo munícipe não poderá beneficiar de mais de oito apoios anuais.

### **Artigo 3.º**

A presente alteração entrará em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação em Diário da República.